

REVISTA
PORTUGUESA
de HISTÓRIA

tomo XXXI

**Homenagem ao Doutor
Salvador Dias Arnaut
Volume II**



COIMBRA 1996
FACULDADE de LETRAS
da UNIVERSIDADE de COIMBRA
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

**IDENTIFICAÇÃO MEDIEVAL:
O NOME DOS DIRIGENTES CONCELHIOS EM
FINAIS DE TREZENTOS**

IRIA GONÇALVES
(*Universidade Nova de Lisboa*)

L—As fontes e a metodologia

Foi o Professor Salvador Dias Amaut quem, pela primeira vez, deu a conhecer esse acervo documental tão importante e, tanto quanto sei, único entre nós, que é o conjunto de procurações passadas pelos concelhos aos seus representantes às cortes de Santarém de 1383¹ e que, com as normais falhas dos municípios de senhorio privado, abrangem a generalidade do país². A estas se juntam ainda algumas outras, de teor semelhante, correspondentes às cortes de Leiria de 1376³ e às de Torres Novas de 1380⁴. A sua posterior edição por

¹ Sobre as cortes de Santarém de 1383, pode ver-se: Maria Teresa Campos Rodrigues, "Santarém, Cortes de (1383)", *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. III, Lisboa, 1968, p. 766.

² Salvador Dias Arnaut, "A crise nacional dos fins do século XIV", *Biblos*, vol. XXXV, 1959, pp. 403-466.

³ *Ib.*, pp. 286-291. Sobre estas cortes veja-se: A. H. de Oliveira Marques, "Leiria, Cortes de 1376", *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. II, Lisboa, 1965, pp. 676-677.

⁴ Salvador Dias Arnaut, *ob. cit.*, pp. 325-333. Acerca destas cortes pode ver-se:

extenso, trinta anos mais tarde* ⁵, não invalida o mérito da primeira publicação.

Entre os muitos assuntos para os quais esta documentação pode trazer informações de interesse, quer em conjunto, quer parceladamente, conta-se o da antroponímia histórica. Tomados na sua totalidade, estes documentos dão-nos a composição das diversas gestões municipais nos anos em causa, a que se juntam uns quantos mais homens bons que testemunharam o acto e que, pela aposição do seu nome no instrumento então lavrado, expressamente o validaram. Essas testemunhas não desempenharam no ano em curso, qualquer cargo municipal, mas por ventura o teriam desempenhado no ano transacto ou viriam a exercê-lo no seguinte. Eram homens bons do concelho. A todos se juntava ainda, pelo menos, um outro: o tabelião encarregado de passar a escrito o que acontecera durante a reunião. Também ele, detentor do poder de dominar a escrita, de perpetuar no futuro a memória do passado, era um homem grado da terra.

Temos assim, reunidas todas as informações onomásticas da documentação em causa, um repertório antroponímico de muito interesse para podermos analisar de que forma se identificavam as elites urbanas portuguesas, nestes finais do século XIV.

Embora de há algum tempo a esta parte os estudos de antroponímia pareçam estar na moda⁶, eles têm-se debruçado, em todo o lado,

Maria Teresa Campos Rodrigues, "Torres Novas, Cortes de (1380)", *Dicionário de História de Portugal* dirig. por Joël Serrão, vol. IV, Lisboa, 1971, p. 177.

⁵ A documentação referente às duas primeiras reuniões de cortes foi publicada em *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, vol. I, (1367-1380), org. por A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, 1990, pp. 155-164 e 167-189; as procurações às cortes de Santarém de 1383, no vol. II, (1983), org. pelo mesmo, Lisboa, 1993 e constituem todo o volume, numa extensão de perto de 400 páginas.

⁶ Este facto tomou-se notório principalmente a partir da publicação do vol. I de *Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne*, Tours, 1989 e onde Portugal se encontra representado por um trabalho, mas, como tem sido hábito cada vez mais corrente, por

principalmente sobre os séculos anteriores àquele que me proponho abordar⁷ e, para o nosso País, falta saber ainda muito sobre a época em questão. Aliás, a síntese recentemente elaborada por Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, e até ao momento inédita⁸, é bem prova disso. Deste modo, um aspecto que seria, talvez, o mais interessante, isto é, a comparação entre as formas de identificar os dirigentes urbanos e os demais, citadinos ou camponeses e, até, nobres, só muito incompletamente poderá ser feita. Os únicos elementos possíveis de utilizar por ora, são o velho trabalho que eu própria publiquei, há mais de vinte anos, sobre a antroponímia alcobacense⁹ e onde uma das faixas cronológicas então analisadas é a mesma que agora retomo e alguns ficheiros que desde há muito venho elaborando e já bastante completos, mas que não dei ainda por encerrados, um deles sobre a Beira Interior nos séculos XIII a XV e o outro sobre o uso do patronímico durante o mesmo período. Serão estes os elementos que principalmente utilizarei como termos comparativos.

O repertório onomástico que agora me proponho analisar, provém basicamente, como disse, das procurações concelhias às cortes realizadas nos últimos tempos do reinado de D. Fernando. Cada uma delas contribuiu com uma dezena de nomes, aproximadamente, com a excepção de Santarém, que fez questão de identificar uma

intermédio de um estrangeiro, embora conhecedor da realidade medieval portuguesa (cf. Robert Durand, "Données anthroponymiques du *Livro Preto* de la cathédrale de Coïmbre", *ib.*, pp. 219-232).

⁷ São bom exemplo disso, para lá dos artigos publicados na colectânea atrás citada e de muitos mais incluídos nos volumes subsequentes, uma outra, desta vez sobre a Península Ibérica: *Antroponímia y sociedad. Sistemas de identificación hispano-cristianos en los siglos IXa XIII*, Santiago de Compostela-Valladolid, 1995.

⁸ "A onomástica, o indivíduo e o grupo", a publicar no vol. sobre a Idade Média, da projectada *Historia da vida privada e do quotidiano em Portugal*. Quero deixar aqui um agradecimento à autora, que me facultou a leitura do seu trabalho.

⁹ "Antroponímia das terras alcobacenses nos finais da Idade Média", *Do Tempo e da História*, vol. V, 1972, pp. 159-200.

parte muito considerável dos homens bons presentes à reunião e assim nos proporcionou um substancial acréscimo de nomes¹⁰. Completei a minha listagem com alguns mais. Trabalhos entretanto publicados sobre uma ou outra região possibilitaram o acesso a umas quantas mais identificações de dirigentes concelhios para o período em questão. Pude juntá-los e enriquecer assim o meu ficheiro. Pelo contrário, sempre que algum nome se encontrava parcialmente ilegível, não o considerei para esta análise. É certo que poderia utilizar a parte legível nos casos para os quais ela fosse relevante e só nesses. Penso, porém, que neste caso, isso não se justificaria. Trata-se sempre e em todos os casos de pequenas amostras, de muito pequenas amostras, sem nada de sistemático em cada uma delas. Nunca são listas exaustivas, nem sequer a de Santarém. Pareceu-me preferível utilizar apenas os antropónimos completos.

Ainda assim reuni 1727 nomes. Talvez se possa, a partir deles, esboçar alguma sugestão de conclusões.

Mas os homens que contribuíram para compor o repertório em análise, dispersavam-se por núcleos populacionais de muito desigual importância, quer em termos de quantitativos demográficos ou de riqueza, quer na maior ou menos abertura para o exterior, quer no ambiente sócio-cultural em que se enquadravam, etc.. Havia uma enorme diferença entre o Porto e Sortelha, entre Lisboa e Moura, entre Évora e Chaves. Necessário se tomava fazer distinções. Mas não correndo o risco de atomizar os elementos disponíveis, dividindo-os em pequenos grupos que acabariam por perder significado e falsear quaisquer resultados de carácter estatístico.

Assim, optei por isolar apenas, do conjunto geral, as cidades mais importantes sob todos os pontos de vista a partir dos quais as queiramos olhar: Lisboa, Porto, Santarém e Évora. Se existiam dife-

¹⁰ Foi mesmo a única povoação a proceder deste modo.

renças entre as formas de identificação pessoal dos dirigentes locais, elas encontravam-se, com certeza, nestas cidades. Eram, aliás, aquelas que, com Coimbra, se sentavam, em cortes, no primeiro banco dos procuradores do povo. Esta última cidade, porém, está ausente da documentação em análise. Não só se desconhece procuração por ela lavrada, como a bibliografia disponível não proporcionou, para o período a tratar, a identificação de qualquer dos seus dirigentes concelhios.

Assim, os grupos onomásticos com que vou trabalhar são de importância numérica muito desigual: 392 casos para as maiores cidades, 1335 para as restantes. Os valores percentuais darão a possibilidade de estabelecer comparações.

2.— A Estrutura do Nome

É bem sabido como a onomástica portuguesa dos últimos séculos medievais se baseava em três categorias de designativos, cada um deles com funções diferentes na constituição do antropónimo: em primeiro lugar o nome próprio, aquele que de forma mais ou menos livre" os familiares ou os padrinhos escolhiam para a criança e a ¹¹

¹¹ Em princípio, a escolha do nome para a criança era efectivamente livre. No entanto, no concreto, vários condicionalismos agiam, de forma mais ou menos incisiva, sobre essa escolha, de modo a provocar fenómenos de concentração de preferências em determinados nomes e de rejeição de outros, que têm sido constatados em toda a parte, mas para o que ninguém ainda encontrou explicações satisfatórias. Naturalmente a influência da Igreja, propondo para o neófito um nome já enobrecido por algum Santo, teve a sua importância; a tradição familiar, sobretudo entre a nobreza, foi também factor de peso; a moda, com todas as influências culturais que sempre a integraram, modelando gostos, cimentando preferências, foi talvez o agente mais activo neste processo. Veja-se: Albert Dauzat, *Les noms de famille de France. Traité d'anthroponymie française*, Paris, 1945, pp. 10, 35; Albert Camoy, *Origines des noms de famille en Belgique*, Lovaina, 1953, pp. 23-33; Olof Bratto, *Studi di antroponimia fiorentina*, Gotemburgo, 1953, pp. 14-15; Paul Lebel, *Les noms de personne de France*, 5.³ ed., Paris, 1962, pp. 34-35; Régis de Saint-Jouan, *Le nom de famille en Béarn et ses origines* 1.1, Paris, 1966, pp. 12-42; Benjamin Z. Kedar, "Noms de saints et mentalité populaire

ser-lhe "oficialmente" atribuído para toda a vida, na ocasião do baptismo¹²; em segundo lugar o patronímico¹³, indicativo da filiação masculina, representado pelo nome próprio do pai, na forma genitiva¹⁴, ou mesmo nominativa¹⁵; por último o apodo, livremente aplicado pela comunidade em que o indivíduo se inseria, em regra assumido por ele — talvez, em alguns casos, de maneira mais ou menos compulsiva — elemento que podia revestir as mais variadas formas, de uma exuberância sem limites, representante magnífico da imaginação e criatividade populares¹⁶.

Para além destes nomes podia ser apensa ao antropónimo alguma adjunção nominal. Estes elementos eram, aliás, muito comuns no período que me proponho abordar, como já o vinham sendo desde épocas anteriores e continuariam a ser nos séculos seguintes. E muito

à Gênes, au XIV siècle", *Le Moyen Age*, t. LXXIII, n.ºs 3-4, pp. 434-438; Iria Gonçalves, "Amostra de antroponímia alentejana do século XV", *Do Tempo e da História*, vol. IV, 1971, pp. 181-189; id., "Antroponímia das terras alcobacenses nos finais da Idade Média", *ib.*, pp. 166-167; id., "Onomástica pessoal da Lisboa de Quinhentos", sep. de *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, II série, n.ºs LXXIX-LXXX, 1973-1974, p. 13; Isabel Maria Madureira Alves Pedrosa Franco, *O couto de Santo Tirso. Antroponímia esociabilidade*, dissert. de mestrado, Faculdade de Letras do Porto, vol. I, Porto, 1995, pp. 14-21.

¹² Era, com efeito, o único componente do nome verdadeiramente fixo (cf. Olof Brattö, *ob. cit.*, p. 41; Paul Lebel, *ob. cit.*, p. 61; Iria Gonçalves, "Antroponímia das terras alcobacenses", *cit.*, p. 162).

¹³ Muitos autores lhe chamam sobrenome (cf. Isabel Maria Madureira Alves Pedrosa Franco, *ob. cit.*, vol. I, pp. 21 e seg. e bibliografia que esta autora vai aduzindo). Prefiro chamar-lhe patronímico porque entre nós e até final da Idade Média, ele continua, na esmagadora maioria dos casos, a corresponder ao nome próprio do pai. Tenho em organização um ficheiro já muito avançado, a partir do qual, logo que possível, tentarei provar o que acabo de dizer.

¹⁴ E isso o que, de uma forma quase sistemática, acontece na documentação latina; é daí que derivam os nossos actuais apelidos de família em -es, como os castelhanos em -ez (Joseph-Maria Piei, "Sobre os apelidos portugueses de tipo patronímico em -ici/-es (Rodrigues)", *Boletim de Filologia*, t. XXI, fase. 3-4, 1965).

¹⁵ Albert Camoy, *ob. cit.*, p. 77; Iria Gonçalves, "Amostra de antroponímia alentejana do século XV", *cit.*, p. 175.

♣ Basta qualquer lista de nomes para nos facultar material abundante sob este aspecto. Adiante voltarei ao assunto.

variados, embora incidindo, de modo especial, nas relações de parentesco e no exercício de uma profissão ou cargo, aspectos sempre capazes de bem contribuir para a identificação de alguém¹⁷.

No entanto neste caso, penso não dever utilizar tais elementos. Devido à especificidade das listas em análise, aquelas adjunções nominais são particularmente numerosas, incidindo, de forma muito exagerada, sobre as provenientes do exercício de cargos. Isto é, como muitíssimos dos indivíduos identificados estavam presentes e não podiam ser ignorados porque essa presença se devia à sua qualidade de oficiais concelhios que naquele ano eram, o cargo por eles desempenhado tinha que ficar, naturalmente, apenso ao nome. Importava saber quem, na altura, exercia os cargos de juiz, vereador, procurador, tabelião. O registo sistemático destas anotações aumentaria artificialmente a lista de modo tão significativo, que deturparia por completo os resultados obtidos. Embora correndo o risco de alguma deturpação de sentido oposto, creio ser mais prudente limitar-me à análise dos elementos verdadeiramente antroponímicos.

Para maior facilidade de exposição e tal como já anteriormente fizera nos trabalhos que tenho vindo a citar, representarei cada um dos componentes do nome por uma letra, que poderá ser a respectiva inicial¹⁸. Assim, considerarei:

N — nome próprio

P — patronímico

A — apodo.

De acordo com este "código", a estrutura antroponímica dos dirigentes urbanos em finais de Trezentos, seria:

¹⁷ Iria Gonçalves, "Onomástica pessoal da Lisboa de Quinhentos", cit., pp. 10-12; Isabel Maria Madureira Alves Pedrosa Franco, *ob. cit.*, vol. I, pp. 37-40.

¹⁸ Foi um processo semelhante que usou também Isabel Maria Madureira Alves Pedrosa Franco, *ob. cit.*, vol. I, pp. 46-49.

Estrutura do nome

Elementos do nome	Grandes cidades		Pequenas cidades	
	n.º	%	n.-	%
N	3	0,7	3	0,2
N + P	240	61,2	1048	78,5
N+A	37	9,5	120	9,0
N + P + A	112	28,6	163	12,2
N + P + 2A			1	0,1
Total	392	100,0	1335	100,0

Encontramo-nos perante uma estrutura atroponímica muito semelhante nos seus traços gerais: um domínio completo dos nomes formados por dois elementos — 70,7% e 87,5%, respectivamente para as grandes e as pequenas cidades — resultando para os antroponímicos compostos por três elementos uma margem ainda assim significativa de 28,6% e 12,2%, face à inexpressividade dos designativos simples ou comportando mais de três elementos; uma avassaladora utilização do patronímico como elemento identificador¹⁹ — 89,8% e 90,%, caso se tratasse dos maiores ou dos mais pequenos aglomerados populacionais — e uma percentagem ainda assim não desprezível do uso de apodos — 38,1% e 21,3%.

Se analisarmos estes valores com um pouco mais de pormenor, encontraremos, no entanto, algumas diferenças que podem ser

¹⁹ Esta insistência no uso do patronímico era geral em toda a Península. Podem ver-se, sob este aspecto, todos os artigos em *Antroponimia y sociedad. Sistemas de identificación hispano-cristianos en los siglos IX a XIII*, Santiago de Compostela-Valladolid, 1995, onde abundam os exemplos. Já há bastante tempo, Régis de Saint-Jouan, estudando os nomes de família no Béran e debruçando-se de algum modo sobre as regiões vizinhas, verificou uma maior persistência do uso do patronímico, do lado peninsular (*ob. cit.*, 1.1, pp. 15-20).

significativas.

Em primeiro lugar existia nas cidades mais importantes um volume expressivamente maior de antropónimos formados por três nomes — na ordem dos 16,4% de diferença. As homonímias, num sistema de identificação na base de dois nomes podiam ser aqui muito numerosas e no mínimo embaraçantes —quando não danosas — para os próprios e até para os outros. Havia que complexificar os nomes, alargar os designativos. Não cessavam de coexistir homonímias, longe disso²⁰, mas, pelo menos, diminuía o seu número.

O nome formado por quatro elementos, aparentemente o caminho mais lógico nesta senda de identificar, não foi trilhado, nem viria a sê-lo, a não ser de maneira esporádica²¹. Aliás, o único designativo que ocorre nestas condições, nas listas em análise, provém de Castelo Bom, uma pequena vila da Beira Interior, onde, aparentemente, as confusões de identidades não deveriam ser muito numerosas. É ocasional a ocorrência. Resulta sem significado²².

Em segundo lugar apresenta-se também expressiva a diferença existente entre as grandes e as pequenas cidades, no que se refere à utilização dos apodos, diferença na ordem dos 16,8%. Afigura-se-me de algum modo interessante. Tratando-se, como já deixei dito, de um elemento muito mais versátil do que qualquer dos outros, o apodo era bastante eficaz, quantas vezes muito mais eficaz, na

²⁰ Aliás, basta verificar as enormes percentagens de homonímias possíveis na Lisboa de finais do século XVI, para termos uma ideia bastante clara da situação (Iria Gonçalves, *ob. cit.*, pp. 22-23). Na própria lista que estou analisando e não obstante as pequenas amostras que vinham de cada povoação, algumas homonímias resultam bastante curiosas. Adiante voltarei ao assunto.

²¹ De novo remeto para o meu trabalho citado na nota anterior, p. 8 e para "Amostra de antroponímia alentejana do século XV", *cit.*, p. 178.

²² Tratava-se de um indivíduo designado por João Eanes dito Cansado do Trancoso (Salvador Dias Arnaut, *ob. cit.*, p. 423; *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I*, vol. II, p. 82).

identificação de alguém. As cidades precisavam-no. Aí, ele proliferou.

Infelizmente, comparações com outras listagens de antropónimos portugueses para o período cronológico em questão, não existem ainda, publicadas e trabalhadas. Podem citar-se algumas para cronologias posteriores²³, que talvez possam, com proveito, vir mais tarde, quando estes assuntos estiverem melhor estudados entre nós, a ser utilizados comparativamente, em perspectivas diacrónicas. Por agora limitar-me-ei a usar o ficheiro que tenho em estudo para a Beira Interior e a que atrás me referi.

Vejamos, pois, os resultados que neste momento posso apresentar²⁴:

Estrutura do nome (elementos comparativos)

Elementos do nome	n. ¹ >	%
N	7	1,0
A	3	0,4
N + A	545	74,4
N+A	67	9,1
N + P + A	104	14,2
N + 2A	6	0,8
N + P + 2A	1	0,1
Total	733	100,0

²³ Refiro-me aqui ao trabalho elaborado por Isabel Maria Madureira Alves Pedrosa Franco (*ob. cit.*, vol. I, pp. 41-49 e vol. II, quadros X-XIV) e a dois outros, por mim realizados, um deles sobre Évora e outras cidades alentejanas ("Amostra de antroponímia alentejana do século XV", *cit.*, p. 178) e o outro sobre a Lisboa do século XVI ("Onomástica pessoal da Lisboa de Quinhentos", *cit.*, p. 8).

²⁴ Devo relembrar que não dei ainda por definitivamente encerrado este ficheiro, mas que considero os valores já possíveis de apresentar como bastante fiáveis. É, como o que está em análise, composto apenas por antropónimos masculinos.

Se olharmos em conjunto os dois quadros acima, verificamos que, não obstante a maior variedade de hipóteses na formação dos antropónimos — nomes representados apenas por um apodo²⁵, ou por um nome próprio seguido de dois apodos, soluções não encontradas no repertório atrás analisado — a constituição do nome na Beira Interior resultou muito próxima da usada pelos dirigentes locais, sobretudo nas pequenas cidades. Nesta região do País não existiam cidades importantes, não era um meio aberto a influências exteriores, a população aí radicada e que alguma vez assomou à documentação, vivia em aldeias ou pequenas vilas com poucas características urbanas. Alguns dos indivíduos nomeados contribuíram, inclusive, para a formação de ambas as listas²⁶. Encontramos a mesma avassaladora utilização dos dois designativos — 83,5% —, o mesmo uso comedido dos três nomes — 15% dos indivíduos —, moderada expressividade na atribuição de apodos — em 25,5% dos casos —, a mesma preponderante insistência na lembrança da filiação, por meio do patronímico — 89,2% dos homens estudados.

Nestes pormenores e a avaliar apenas pelo exemplo acima, podemos dizer que a forma de designação dos mais influentes não andava longe da dos seus conterrâneos.

3.— O Nome próprio

O nome próprio, nome de baptismo, era o único verdadeiramente

²⁵ O uso do apodo isolado para designar alguém, ocorria apenas quando esse alguém se não encontrava presente aquando da redacção do documento que o fez chegar até nós. Caso contrário, pelo menos o nome próprio não deixava de ser lembrado. Ora, nas listas em análise, todos os indivíduos nelas constantes se encontravam presentes à sua elaboração. Dificilmente o nome próprio de algum deles podia ser omitido.

²⁶ Naturalmente os dirigentes municipais de todas aquelas vilas beirãs não podiam ser desprezados na elaboração de listas antroponímicas sobre a sua região.

fixo durante a Idade Média, o único que acompanhava o indivíduo desde o nascimento até à morte²⁷. Asserção repetida já por muitos autores, inclusive por mim própria. Era um nome atribuído à criança na presença da Igreja, na maioria dos casos, durante o período em estudo, já anteriormente usado por algum Santo e assim enobrecido por ele²⁸. Naturalmente era escolhido por alguém que estava próximo do neófito—pais ou outros familiares, padrinhos, amigos da família. Procurava-se em regra, entre os nomes em uso, um apelativo bem sonante, em moda, eventualmente com tradições familiares²⁹, aprovado pela Igreja.

Mas um pouco por todo o lado, o leque de apelativos disponíveis para o recém-nascido, vinha, desde há séculos, a fechar-se cada vez mais. Ao mesmo tempo, cada vez menor número de nomes vinha a ser mais e mais escolhido por cada vez maior número de pessoas³⁰.

²⁷ Os casos de designação de um indivíduo apenas pelo apodo, casos esporádicos, embora podendo acontecer em todos os tempos e um pouco por todo o lado, não invalida o que disse. A pessoa em causa continuava, naturalmente, a ser conhecida pelo seu nome de baptismo, embora na ausência pudesse ser nomeada só por um apodo, desde que bem característico e identificador. Pelo contrário, as crianças eram em regra designadas apenas pelo nome de pia e durante vários anos da sua vida, nenhum outro lhes era atribuído.

²⁸ Foi no Concílio de Trento que ficou oficialmente recomendado que se desse ao baptizando o nome de um Santo (cf., por exemplo: Albert Dauzat, *ob. cit.*, p. 34; Paul Lebel, *ob. cit.*, p. 62; Amadeu Ferraz de Carvalho, *Da actual feição da antroponímia portuguesa*, Coimbra, 1927, p. 8). Mas já desde há muito o costume se vinha arreigando um pouco por toda a parte.

²⁹ Para a gente comum, é muito difícil saber se a tradição familiar teria muita ou pouca influência na escolha do nome. Entre nós, a este nível, tudo está por fazer.

³⁰ E uma constatação feita pela generalidade dos autores que se têm preocupado com estes assuntos. A título de exemplo vejam-se as colectâneas atrás citadas: *Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne e Antroponimia y sociedad. Sistemas de indentificación hispano-cristianos en los siglos IXa XIII*, ou ainda Benjamín Z. Kedar, *ob. cit.*, p. 438; Henri Dubois, "Riches et pauvres à la campagne (Normandie, 1381)", *Campagnes médiévales: L'homme et son espace. Etudes offertes à Robert Fossier*, trab. reunidos por Elisabeth Momet, Paris, 1995, pp. 334-335; Jean-Claude Helas, "Les prénoms en Gevaudan au début du XIVe siècle dans les *Feuda Gabalomm*", *ib.*, pp. 345-347; Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *ob. cit.*, no prelo.

Assim, para os adultos de finais do século XIV, se em termos absolutos o repertório de unidades onomásticas à disposição já não era muito alargado, em termos de uma escolha efectiva acabava por encontrar-se muito, mas muito restrito.

As listas em análise são bem o reflexo do que acabo de dizer. Para baptizar os 392 homens bons residentes em grandes cidades e os 1335 moradores em pequenos e médios aglomerados, tinham sido utilizadas, respectivamente, 41 e 56 unidades onomásticas, o que significa uma média de 9,6 indivíduos por nome no primeiro caso, 23,8 no segundo e uma utilização na ordem dos 10,5 ou 4,2 nomes por cem indivíduos, respectivamente para o primeiro e segundo grupos de povoações.



Este panorama agudiza-se se pensarmos que em todas as épocas e lugares existem nomes pouco procurados. Nas listas em análise alguns deles foram-no apenas uma vez. Catorze indivíduos nas grandes cidades, quinze nas restantes, usavam um apelativo diferente de todos os outros. Isto ainda tomava mais restrito, para a maioria, o número de unidades onomásticas disponíveis: 27 e 41, respectivamente, o que eleva as suas médias para 14 e 32,5 pessoas por designativo. Ao mesmo tempo, as possibilidades de escolha ficavam reduzidas para 7,1 e 3,1 apelativos por cada cem homens.

Se continuássemos um pouco mais esta análise, veríamos as médias elevar-se a índices de concentração altíssimos e as escolhas retringir-se a faixas estreitíssimas. Assim, para os nomes mais populares, reservavam-se percentagens enormes de uso. Em ambas as listas em análise, apenas cinco nomes eram suficientes para designar metade da população estudada³¹.

Vejamos:

Nomes mais usados

Nomes	Grandes cidades			Pequenas cidades		
	n. ²	%	% cumul.	n. ⁹	%	% cumul.
João	63	16,1	16,1	267	20,0	20,0
Afonso	42	10,7	26,8	140	10,5	30,5
Vasco	37	9,4	36,2	115	8,6	39,1
Gonçalo	36	9,2	45,4	101	7,6	46,7
Pedro	24	6,1	51,5	(53)	(4,0)	-
Martim	(19)	(4,8)	—	85	6,5	53,2

³¹ Para esta época foram encontradas, um pouco por todo o lado, concentrações altíssimas de indivíduos num reduzido número de apelativos muito populares. Cf., por exemplo, Benjamin Z. Kedar, *ob. cit.*, p. 437; Iria Gonçalves, "Antroponímia das terras alcobacenses nos finais da Idade Média", *cit.*, p. 167; Henri Dubois, *ob. cit.*, pp. 334-335; Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *ob. cit.*, no prelo.

Muito semelhantes as duas listas, a mostrarem comportamentos equivalentes para ambos os grupos. A frente, bem em destaque como em quase todo o lado, João³². Com uma popularidade indisputada que, vinda já de épocas bastante anteriores, se iria prolongar sem desfalecimento por todo o século XV e boa parte do XVI³³. Os nomes que imediatamente o seguiam no agrado das gentes, eram também os mesmos e pela mesma ordem nos dois grupos considerados. Do mesmo modo as percentagens referentes a cada um dos antropónimos, todas elevadas como não podia deixar de ser, equiparavam-se, semelhantes em ambos os conjuntos. A diferença de escolha determinante do quinto lugar na ordem de preferências nem sequer é muito importante, em vista dos valores que, apesar de tudo, cada um deles obteve na lista oposta.

Tal como em relação à estrutura do antropónimo, também sob o ponto de vista do nome próprio os elementos comparativos não abundam, de entre as disponibilidades oferecidas pela historiografia portuguesa. Para lá do ficheiro já anteriormente utilizado, poderei servir-me dos valores que eu própria dei a conhecer sobre as terras do mosteiro de Alcobaça³⁴.

No primeiro caso trata-se de uma lista de 730 homens denominados a partir de 45 unidades onomásticas; no segundo de 1049,

³² Cf. a bibliografia citada na nota anterior e ainda, por exemplo, Karl Ferdinand Werner, "Liens de parenté et noms de personne", *Famille et parenté dans l'Occident médiéval*, Paris-Roma, 1977, p. 26; Michel Zimmermann, "Les débuts de la "révolution anthroponymique" en Catalogne (Xe-XIIe siècles)", *Antroponímia y sociedad. Sistemas de identificación hispano-cristianos en los siglos IX a XIII*, Santiago de Compostela-Valladolid, 1995, p. 354.

³³ Por exemplo: Iria Gonçalves, "Amostra de antroponímia alentejana do século XV" cit., p. 184; id., "Antroponímia das terras alcobacenses nos finais da Idade Média, cit., p. 167; Isabel Maria Madureira Alves Pedrosa Franco, *ob. cit.*, vol. I, p. 16; Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *ob. cit.*, no prelo.

³⁴ Iria Gonçalves, "Antroponímia das terras alcobacenses nos finais da Idade Média", cit., pp. 164-167.

servindo-se de 57 apelativos. As médias de 16,2 e de 18,4 indivíduos por nome não se afastam muito das que atrás apresentei, considerada a desigualdade numérica que serviu de base a qualquer das listas; um leque de escolhas na ordem dos 6,2 e 5,4 nomes por cem pessoas também não se afasta dos valores acima encontrados.

Os nomes usados uma vez apenas foram em número de 23 nas terras de Alcobaça, de apenas 9 na Beira Interior. Se os excluirmos do cômputo geral, as médias elevar-se-ão para 20 e 30,2, respectivamente e as hipóteses de escolha diminuirão para 5 e 3,3, numa e na outra das regiões consideradas. Valores a indicarem, uma vez mais, altas concentrações de indivíduos nos nomes mais populares.

Analise-mos, como foi feito anteriormente e vejamos os apelativos necessários para denominar metade da população estudada:

Nomes mais usados (elementos comparativos)

Nomes	Beira Interior			Terras de Alcobaça		
	n.º	%	% cumul.	n.º	%	% cumul.
João	127	17,4	17,4	237	22,6	22,6
Afonso	69	9,5	26,9	90	8,6	31,2
Gonçalo	66	9,0	35,9	(33)	(3,1)	-
Martim	63	8,6	44,5	(63)	(6,0)	-
Vasco	58	8,0	52,5	(34)	(3,2)	-
Domingos	(42)	(5,8)	-	193	18,4	49,6
Estêvão	(34)	(4,7)	-	84	8,0	57,6

Comparando com estes os valores atrás apresentados, verificamos uma grande sintonia com a listagem proveniente da Beira Interior. Mais uma vez. O mesmo destaque para João, o mesmo número de unidades para designar metade da população, os mesmos nomes a atrair as preferências. As dissemelhanças vêm das terras de Alcobaça:

pouco mais de três designativos a englobarem 50% da população — o quarto antropónimo entrando apenas com 0,4% do seu valor para completar aquela percentagem — e embora João, como sempre, na posição cimeira e até mais numeroso do que em qualquer das outras listagens, seguido por Domingos, aqui também muitíssimo popular. A nota mais dissonante dada em conjunto pelos quatro grupos de homens, é precisamente essa: a existência de dois nomes extremamente populares — e foi isso que diminuiu de cinco para quatro o número de unidades onomatológicas necessárias para designar metade da população — sendo esse segundo nome menos atractivo entre os demais grupos estudados. Mas, de resto, nenhum dos nomes com algum destaque em qualquer das populações, deixava de ter, para as outras, um certo interesse. Esse mesmo Domingos, nas cidades mais importantes englobava 3%³⁵ dos homens estudados e nas restantes 3,7%³⁶; Estêvão vinha, em ambos os grupos, em sexto lugar, com 5,1 % e 6%³⁷, respectivamente. Por sua vez Pedro, ausente do segundo grupo, chamava a si 4,8% dos beirões estudados³⁸ e 6,4% dos alcobacenses³⁹ e nessas terras, Vasco e Gonçalo tinham a preferência de muitos: 3,2% e 3,1% daqueles homens, chamavam-se, respectivamente, Vasco e Gonçalo⁴⁰.

Estamos assim perante modas antroponímicas muito semelhantes em todas as suas linhas gerais e até em vários dos seus pormenores, ao menos os mais marcantes⁴¹. Alguma maior concentração em pouquíssimas unidades onomásticas e um nome inesperadamente

³⁵ Com 12 ocorrências, ocupava o décimo lugar da lista, em igualdade com Lopo.

³⁶ Com 50 ocorrências, vinha em nono lugar, na ordem das preferências.

³⁷ Com 20 e 80 ocorrências, respectivamente.

³⁸ Ocupava, na respectiva lista, o quarto lugar, denominando 35 homens.

³⁹ Era o quinto nome, na ordem da popularidade (Iria Gonçalves, *ob. cit.*, p. 167).

⁴⁰ *Ib.*, p. 164. Percentagens obtidas a partir dos valores aí apresentados.

⁴¹ Na verdade, os únicos que importa salientar num trabalho deste género.

muito popular nas terras de Alcobaça, como deixei dito, deve-se talvez à restrição do espaço sobre que a investigação se realizou, a dificultar, de certo modo, o aparecimento de uma maior diversidade de escolhas.

4. —O Patronímico

Como já ficou visto, a imensa maioria dos homens aqui tratados usava um designativo de forma patronímica a acompanhar o nome próprio. Naturalmente é difícil afirmar quando é que esse identificativo já foi usado pelo pai da pessoa em causa, na mesma função; quando foi composto para o filho a partir do nome próprio paterno; ou até quando lhe adveio de outras origens. Para lá de algumas genealogias nobres, a partir das quais facilmente esses assuntos podem ser analisados, raras outras têm sido tentadas no nosso País. Por dificuldades levantadas pelas fontes. Por falta de interesse também.

Dado que as esporádicas informações sobre a filiação de algumas das pessoas que integram as listas em análise não são de modo algum significativas pela exiguidade do seu número, há que tentar uma aproximação por outras vias.

Mais uma vez utilizarei um ficheiro que tenho ainda em aberto mas podendo ser já considerado como uma amostra bastante válida⁴², constituído por grupos de pais e filhos, provenientes das camadas não nobres da população⁴³ e onde os filhos usavam sempre, como segundo nome, uma forma patronímica. A partir desses elementos e

⁴² Para a faixa cronológica em análise, a única que de momento interessa, irei trabalhar com 325 casos, provenientes de todas as partes do País.

⁴³ Com a excepção de alguns indivíduos provenientes de uma pequena nobreza de escudeiros, que utilizavam a forma patronímica de modo em tudo semelhante aos indivíduos não nobres.

olhando separadamente para as populações citadinas e para as rurais, é possível afirmar que entre aquelas, mais de 81% dos indivíduos usavam o patronímico na sua função própria, isto é, sob a forma do genitivo, ou mesmo do nominativo, consoante o costume desde há longos tempos implantado para cada nome, essa segunda designação provinha do nome próprio paterno; no campo essa percentagem subia de ponto, a ultrapassar os 94%. De entre os restantes, na maior parte dos casos o pai usava o mesmo patronímico. Era já, ou estava a transformar-se, em nome de família. Só que, representando entre as populações citadinas percentagens relativamente baixas em função do total — 14,3% — e muito baixas no campo — 4,4% — interessavam um número assaz reduzido de famílias.

A considerarmos estes dados válidos para as elites urbanas, teremos de vê-las a usar designativos patronímicos que privilegiavam sobretudo a afirmação das relações bigeracionais e onde não cabiam sequer avós e netos. Para não falar já nas quase sempre ignoradas relações maternas.

De acordo com o que atrás deixei dito, para a imensa maioria dos indivíduos considerados, o uso do segundo designativo estava sujeito a regras bem definidas e recrutava-se de entre um universo muito restrito e essencialmente semelhante ao que servira para a escolha do nome próprio, isto é, muito propício a gerar repetições, principalmente quando se tratava dos apelativos mais em voga na geração anterior. E que também aqui as concentrações eram muito elevadas: os mesmos cinco nomes a serem suficientes para englobar a metade da população estudada⁴⁴; altas médias de ocorrências — 10,7 indivíduos por nome nas cidades maiores, 25,8 nas mais pequenas —;

⁴⁴ Os patronímicos mais usados foram, por ordem decrescente, os correspondentes a João, Martim, Estêvão, Afonso e Gonçalo, nas maiores cidades; a João, Martim, Domingos, Pedro e Estêvão, nas restantes.

muito baixa diversificação de uso — 9,4 designativos por cem indivíduos no primeiro grupo de cidades, 3,9 no segundo — valores que, naturalmente, muito se agravavam se se deixassem de considerar os nomes de escolha mínima: teríamos 16,2 e 37,4 de médias de pessoas por nome; 6,2 e 2,7 de formas patronímicas por cem utentes, respectivamente nos grandes e nos pequenos aglomerados urbanos.

Daqui decorre um elevado número de homonímias, concentradas nos nomes mais em voga em ambas as gerações⁴⁵. Naturalmente, no caso em análise, diluídas pelo País e agrupadas em pequenas amostras, as situações de possível confusão de identidades não seriam muitas, entre eles. Mas eram-no, com certeza, entre vários dos seus outros conterrâneos⁴⁶. Até nestas amostras algumas situações curiosas ficaram registadas: dois homens de nome Estêvão Domingues, ambos juizes, em Miranda do Corvo⁴⁷; outros dois chamados Vicente Eanes, em Estremoz⁴⁸; outros ainda, denominados Álvaro Peres, residentes em Viana do Castelo, ambos tabeliães⁴⁹.

Uma grande pobreza onomástica, a caracterizar estes dois termos do antropónimo; uma grande pobreza de escolhas, também.

⁴⁵ Entre outras menos numerosas, contam-se, na lista em estudo, 31 ocorrências do nome Afonso Eanes, a que se juntam mais dez em que um apodo vinha estabelecer a diferença; 27 Gonçalo Eanes, acrescidos de outros quatro que juntavam um apodo; 23 Vasco Martins, somados a outros quatro que usavam um terceiro nome.

⁴⁶ Em trabalho anteriormente realizado, embora para uma época posterior e uma população muito mais numerosa - perto de 14.500 pessoas — encontrei concentrações altíssimas de homonímias, forjadas na combinação de um nome próprio e um patronímico (cf. "Onomástica pessoal da Lisboa de Quinhentos", cit. pp. 22-23).

⁴⁷ Salvador Dias Arnaut, *ob. cit.*, p. 445; *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I*, vol. II, p. 257.

⁴⁸ *Ib.*, pp. 430 e 130, respectivamente.

⁴⁹ *Ib.*, pp. 461 e 384, respectivamente.

5. —O Apodo

Ao contrário das formas atrás abordadas, o apodo era, como já deixei dito, um elemento extremamente versátil e diversificado. Tão versátil e diversificado que nas listagens em análise e não obstante ser usado por percentagens relativamente baixas de indivíduos - pelo menos se as compararmos às provenientes da insistente presença dos patronímicos⁵⁰— ele nos surge revestindo 343 formas⁵¹. Se pensarmos que esse conjunto de formas se aplicava a 433 pessoas⁵², facilmente compreendemos quão diferente era o seu comportamento do dos nomes anteriormente abordados.

Em primeiro lugar as possibilidades de escolha eram quase ilimitadas e não tinham que obedecer a qualquer regra. No exemplo agora tratado essa escolha correspondia a 79,2 apodos por cada cem indivíduos. Depois ele era atribuído pelos vizinhos, em princípio com a maior das liberdades e nem sequer o facto de poder ser desagradável, mordaz, ou até injurioso para a pessoa a quem era aplicado, lhe punha travão. Mesmo a contragosto, o indivíduo podia ser obrigado a assumir um apodo que não desejava. Nomeadamente quando esse apodo era uma alcunha e não raro as alcunhas se satisfaziam fazendo ressaltar os defeitos, os vícios, os ridículos das

⁵⁰ Cf. os números atrás indicados.

⁵¹ Esta exuberância encontra-se um pouco por todo o lado. Eu própria tive já ocasião de organizar algumas listas de apodos, onde a diversidade, a originalidade, o poder criativo do povo, se encontram bem expressos (cf. os apêndices aos trabalhos que tenho vindo a citar: "Amostra de antroponímia alentejana do século XV", cit., pp. 206-212; "Antroponímia das terras alcobacenses nos finais da Idade Média", cit., pp. 186-200; "Onomástica pessoal da Lisboa de Quinhentos", cit., pp. 35-47 e ainda Isabel Maria Madureira Alves Pedrosa Franco, *oh. cit.*, vol. I, gráfico entre as pp. 34-35 e vol. II, quadro IX; Maria Angela Rocha Beirante, *Evora na Idade Média*, Lisboa, 1995, pp. 187-226).

⁵² Como atrás ficou dito, a um dos indivíduos em estudo eram aplicados dois apodos. Era, no entanto, o único.

peçoas, o seu utente usava-o com grande desconforto. Mas podia também ser aceite de boamente pelo próprio. Na verdade, uma parte dos apodos em uso eram até laudatorios e outros assaz anodinos para não levantar objecções. Estavam neste último caso, por exemplo, todos os indicativos de proveniência ou morada, os nomes de profissão. A passagem desses antropónimos às gerações vindoiras podia, inclusive, ser fomentada pelo próprio.

Assim temos já, em finais do século XIV e fora das camadas de população nobre⁵³, onde, como se sabe, a transmissão de um nome ao longo das gerações foi um processo bastante precoce, alguns designativos que iam passando, sucessivamente, de pais para filhos⁵⁴. Mas até que ponto esse costume estava já generalizado, na época, ainda mesmo entre as famílias mais influentes de cada localidade? Isto é, até que ponto teríamos já "nomes de família", estruturados e assumidos, usados por vários irmãos, primos, tios, que os teriam já transmitido ou iriam transmitir a seus filhos? Por outras palavras: até que ponto se teria ultrapassado a simples expressão das relações bigeracionais e essa expressão teria ganho espessura—a incluir outras gerações — e se teria alargado — a abranger ramos colaterais?

Em primeiro lugar teremos que ter em consideração a exiguidade dos "nomes de família" trecentistas conhecidos, que revestem forma patronímica⁵⁵. Deste modo é preciso afastar, à partida, uma parte

⁵³ Como se sabe, alguns dos dirigentes urbanos, neste final do século XIV, pertenciam às camadas inferiores da nobreza, sobretudo nas cidades mais importantes. Na impossibilidade de os isolar a todos, optei por considerá-los em bloco.

⁵⁴ Sob este aspecto é bastante elucidativo aquilo que já é possível apurar e se encontra condensado nas diversas colaborações reunidas em *Atlas de cidades medievais portuguesas*, organizado por A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Amélia Aguiar Andrade, Lisboa, 1990, embora muitos dos nomes de família aí arrolados só tenham emergido como tal durante o século XV. Dos restantes, muitos deles — a maior parte — identificavam famílias nobres.

⁵⁵ Voltando à obra citada na nota anterior, os únicos nomes daquele tipo, já encontrados com alguma espessura, foram: Durães, em Ponte de Lima (Amélia Aguiar Andrade, "Ponte de Lima", *ih.*, p. 19); Mendes, em Leiria (Saul António Gomes, "Leiria",

muito considerável da população em causa: quase 62% dos dirigentes das grandes urbes⁵⁶, perto de 79% dos restantes⁵⁷. Ficam os complementares 38% e 21%, os portadores de apodos, portanto dos nomes mais susceptíveis de se transformarem, com maior rapidez, em nomes de família.

Por outro lado teremos de considerar que as elites, urbanas e outras, foram sempre, ao longo dos tempos, formadas por pequenos grupos de indivíduos ou famílias e sempre, também, desencadearam mecanismos tendentes a evitar o alargamento do grupo e a fomentar a sua coesão e reprodução dentro de parâmetros já estabelecidos. Assim, sobretudo nas povoações mais pequenas, mas também nas grandes cidades, não só os mesmos indivíduos se repetiam, em anos sucessivos, no mesmo cargo ou cargos diversos, à frente dos destinos da sua terra, como havia sempre, entre os corpos gerentes em exercício, ligações familiares estreitas⁵⁸.

Assim seria de esperar, entre os antropónimos em análise, a repetição de vários nomes de família, a coexistirem na mesma localidade, ou, pelo menos, em localidades próximas, se a transmissão hereditária do nome fosse uma prática já com alguma con-

ib., p. 51); Peres, em Óbidos (Manuela Santos Silva, "Óbidos", *ib.*, p. 61); Froiás, em Torres Vedras (Ana Maria Rodrigues, "Torres Vedras", *ib.*, p. 77); Moniz, em Silves (Maria de Fátima Botão, "Silves", *ib.*, p. 89).

⁵⁶ 61,9%, considerando os 240 indivíduos cujo antropónimo aparece formado apenas com um nome próprio e um patronímico, acrescidos de três outros em que só foi lembrado o primeiro destes nomes (cf. acima, a respectiva tabela).

⁵⁷ 78,7%, percentagem que inclui 1.048 indivíduos identificados com dois nomes.e três apenas com a indicação do nome próprio (cf. a tabela respectiva).

⁵⁸ Sobre este assunto, cf., entre outros: Adelaide Lopes Pereira Millán da Costa, "Vereção" e "vereadores". *O governo do Porto em finais do século XV*, Porto, 1993, pp. 55-95, 122-170; Amélia Aguiar Andrade, "Composição social e gestão municipal. O exemplo de Ponte de Lima na Baixa Idade Média", *Ler História*, n.º 10, 1987, pp. 3-13; Michel Harsgor, *Un très petit nombre. Des oligarchies dans l'histoire de l'Occident*, [Paris], 1994, *passim*; Albert Rigaudière, "Hiérarchie socio-professionnelle et gestion municipale dans les villes du Midi français au Bas Moyen Age", *Gouverner la ville au Moyen Age*, Paris, 1993, pp. 167-214.

sistência.

De acordo com os valores acima apontados, a margem para repetições não é muito grande⁵⁹ e, ainda assim, na maior parte dos casos, ocorreram uma única vez⁶⁰. E, também na maior parte dos casos, em povoações diferentes⁶¹. Mas quando dois indivíduos com igual apodo foram registados na mesma povoação, o facto começa a ter alguma interesse. Não tanto os nomes do tipo do Bombarral, do Cercal, da Vide, que indicam lugares de proveniência ou residência e podiam, com facilidade, ter sido atribuídos independentemente um do outro, mas sobretudo esses como Brandão, Façanha, Fuseiro, Medeiro⁶².

Naturalmente, houve repetições mais aturadas, na ordem das três⁶³, quatro⁶⁴, cinco vezes⁶⁵, mas, na maior parte dos casos, ocorrendo desagrupadas. Merecem, no entanto, algum destaque, aqueles apodos que mais vezes—embora apenas três-coincidiram na mesma povoação. Curiosamente, dois desses grupos — Cabeça⁶⁶ e da Gama⁶⁷ — residiam em Olivença; um terceiro — Ramalho — no Porto. E são todos os que puderam ser encontrados.

Atentando nos números que tenho vindo a apresentar, não se

⁵⁹ São apenas em número de 60 os apodos repetidos.

⁶⁰ Dois terços dos apodos repetidos - 40 — foram-no uma única vez.

⁶¹ Em 27 daqueles 40 casos. Nomes como Alcaide, Canelas, Carneiro, de Carvalhais, de Évora, Ferreira, de Freitas, Leitão, Loução, Neto, Orelha, de Parada, Pereira, Ramos, Serrão, Vieira e outros mais.

⁶² Foram 13, os nomes nestas condições.

⁶³ Nomes como Abade, Calado, Furtado, Louredo, Malho, Monteiro, Quadrado, Romeu, estes, todos dispersos por outras tantas povoações.

⁶⁴ Ocorreram quatro vezes os apodos: Colaço, Delgado, Farto, Lobo, Ramalho, da Veiga.

⁶⁵ Cinco vezes apenas ocorreram dois apodos — Calvo e Franco — isolados, todos eles, em povoações diferentes.

⁶⁶ Família possivelmente constituída pelo pai — João Martins Cabeça — e seus dois filhos: Martim Eanes Cabeça e Afonso Eanes Cabeça.

⁶⁷ Com nomes a iniciarem um grupo de três irmãos: João Esteves da Gama, Vasco Esteves da Gama e Gonçalo Esteves da Gama.

podem esperar valores elevados para a relação apodo/indivíduo. Na verdade, esse valor apresenta-se muito baixo, na ordem de 1/1,26, descendo a 1/1,17 nos pequenos centros e fixando-se em 1/1,21 nas cidades mais importantes. Isso só pode significar que também para os dirigentes concelhios o apodo continuava a ser, na maioria dos casos, um nome proveniente do exterior e aplicado às pessoas independentemente da sua aceitação ou repúdio. Não tinha ainda adquirido consistência como identificador familiar.

Do primeiro ao último elemento do antropónimo foram soletrados alguns identificativos medievais. De homens que, no seio das comunidades em que se inseriam, eram pessoas proeminentes, destacavam-se do indivíduo comum, dos que não tinham acesso ao exercício do poder. Mas a forma de se identificarem, uns e outros, era muito próxima, ou mesmo igual. Não era pelo nome que aqueles homens publicitavam a sua condição de gente de destaque. Na verdade, conheciam muitas outras formas de o fazer.